

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1984)
FRANCISCO RAMEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1999)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISSTUMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCÂNTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARTANA UEMURA SAMPATO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALGUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Liberalismo
sob ataque

Democracias e instituições liberais podem estar abaladas pelo crescente poder de populistas autoritários, mas continuam sendo o melhor caminho para reconhecer conflitos e resolvê-los

A revista *The Economist* contabilizou nada menos que 76 países onde a população terá a oportunidade de votar neste ano, definindo 2024 como o maior ano eleitoral da história. Mais de 4 bilhões de pessoas vivem nesses países que irão às urnas, entre eleições presidenciais, como nos EUA, ou disputas municipais, como no Brasil. Segundo a publicação, em teoria, essa constatação deveria representar um ano triunfante para a democracia. Na prática, glória e perigo andam lado a lado, diante de um crescente questiona-

mento em torno da democracia e dos valores liberais que ela representa.

Igualmente grande é o abismo que separa as democracias plenas daquelas que só são democráticas no nome. No cálculo da *Economist*, 43 países terão eleições livres, justas e transparentes. É o caso da Islândia, considerado o terceiro país mais democrático do mundo. Há também aqueles com eleições nada livres, como a Venezuela ou a Coreia do Norte (onde o comparecimento habitual às urnas chega a quase 100%, o que faz os norte-coreanos acreditarem, segundo uma velha piada lo-

cal, que no dia da eleição ninguém morre ou fica doente). E há democracias com eleições falhas, como no exemplo norte-americano.

Observando tais números, o jornalista britânico Martin Wolf, principal comentarista econômico do jornal *Financial Times*, fez uma reflexão importante que merece ser examinada: a ideia central da democracia – segundo a qual os governos são responsáveis perante os governados – ainda é valorizada em grande parte do mundo, razão pela qual mais da metade da população mundial votará neste ano. O próprio Wolf, no entanto, trata de relativizar essa fortaleza democrática, apontando o crescente poder das autocracias e o triunfo do autoritarismo em muitos países. São exemplos o aumento do poder chinês, o sufocamento da democracia na Rússia de Vladimir Putin e até mesmo uma possível vitória de um redivivo Donald Trump, após sua tentativa de reverter na marra o resultado da última eleição presidencial.

O fato é que, como descreve Wolf, o que está ocorrendo no mundo não é exatamente uma perda de confiança nas eleições em si – não raro autoritários usam as eleições para consagrar seu poder. Estudiosos chamam o fenômeno de iliberalismo, um sistema em que as eleições ocorrem, líderes são eleitos democraticamente, e a democracia é dinamitada “por dentro”. Nessas democracias iliberais, não necessariamente se instala uma ditadura, mas se restringem direitos e liberdades básicos de cidadãos, além de instituições independentes se verem sistematicamente afrontadas. Nessa categoria estariam

os EUA da era Trump, o Brasil de Jair Bolsonaro e a Hungria de Viktor Orbán, além de China, Rússia, Polónia e vários outros.

Se não há exatamente uma perda de confiança nas eleições, como lembrou Wolf, está-se diante de um ataque às instituições liberais, entre as quais os tribunais, as burocracias e a mídia independente. É o que ele definiu como uma perda de confiança no liberalismo, que parecia vitorioso após a queda da União Soviética, nos anos 1990. Há uma clara divisão política e ideológica no mundo, reforçada por líderes populistas e autoritários, à direita e à esquerda – aqueles que, sob o pretexto de pregar um mundo multipolar, apostam em cisões sectárias que tentam fazer reviver uma guerra fria inexistente, e no plano doméstico buscam simplificações ideológicas e convertem forças oposicionistas em inimigos a eliminar, como se conflitos de poder fossem um jogo de soma zero.

A democracia liberal, ao contrário, é tão preciosa porque, entre outras coisas, reconhece como legítimas até mesmo demandas que ela própria não pode atender. Reconhecer conflitos, valorizar a busca de soluções negociadas e pactuadas (e não à mercê da vontade de um “grande líder”), ancorar-se em princípios centrais baseados em direitos e liberdades individuais e coletivos, reforçar sistemas de pesos e contrapesos, eis a essência de um liberalismo que pode estar abalado, mas não inteiramente quebrado – para usar a feliz expressão de Wolf. Apesar das tentações autoritárias, sociedades assim são historicamente mais bem-sucedidas. Parece difícil, mas convém defendê-las. ●

A implicância de Lira
com a burocracia

Para o presidente da Câmara, o Orçamento não pode estar à mercê de quem não foi eleito para escolher as prioridades. Mas é a burocracia que dificulta os desmandos de quem foi eleito

O discurso do presidente da Câmara na abertura do ano legislativo é matéria-prima para especialistas de diferentes ramos do conhecimento. Os cientistas políticos decerto se interessaram pelos recados de Arthur Lira ao Poder Executivo quanto ao “respeito aos acordos firmados e o cumprimento à palavra empenhada”. Aos economistas, deve ter sobressaído a defesa do papel do Legislativo na elaboração e aprovação do Orçamento (leia-se: na apropriação de recursos via emendas parlamentares). Já os juristas provavelmente repararam na implicância de Lira com o que chamou de “burocracia técnica”.

Sobre esse último ponto, o presidente da Câmara afirmou que o Orçamento não pode ser de autoria exclusiva do

Poder Executivo “e muito menos de uma burocracia técnica”. Isso porque essa burocracia “não foi eleita para escolher as prioridades da nação” e “não gasta a sola de sapato percorrendo os pequenos municípios brasileiros como nós, parlamentares”. Por mais relevantes que sejam as informações obtidas e as carências constatadas pelos representantes do povo em suas bases eleitorais, o momento e o tom da intervenção de Lira sugerem que seu problema com a burocracia decorre, sobretudo, do fato de que ela é um óbice à ampliação do livre uso dos recursos orçamentários pelos deputados.

O presidente da Câmara bem sabe que o aparelho burocrático é uma consequência da expansão das funções do Estado. Essa expansão é fruto, dentre outros, de disposições e programas pre-

vistos no texto constitucional e do sufrágio universal vigente no País. Quanto mais amplo o eleitorado, mais diversificadas suas pretensões; daí o aumento das tarefas a cargo do Estado, que precisa aparelhar-se para cumpri-las.

No entanto, segundo Lira, a “burocracia técnica” não estaria autorizada a imiscuir-se nas decisões parlamentares sobre a destinação do Orçamento por lhe faltar tanto legitimidade democrática quanto conhecimento das necessidades concretas do interior do País.

De fato, o poder do burocrata não é um poder genuinamente democrático. O aparelho burocrático é uma estrutura hierárquica em que o poder não provém dos cidadãos, mas é exercido sobre eles. No mais, a democracia é o governo da opinião, não do saber técnico.

Por outro lado, é inegável que questões nacionais e mundiais da maior importância dependem de algum conhecimento e domínio técnico para poderem ser compreendidas e enfrentadas. Isso de forma alguma exclui a política, mas mostra que uma burocracia treinada e bem conduzida é indispensável à delimitação, à implementação e ao aperfeiçoamento de decisões, prioridades e projetos da própria política.

Por isso, o parlamentar que “gasta a sola do sapato percorrendo os pequenos municípios brasileiros” não necessariamente realiza a melhor alocação

dos recursos orçamentários. Ressalte-se que o contrário pode ocorrer, considerando-se que, no nosso País, a destinação das emendas frequentemente decorre da vontade isolada de cada parlamentar (descoordenação), nem sempre é transparente ou conta com critérios e objetivos claros. Às vezes, dá em corrupção.

A razão mais profunda do apetite de boa parte dos congressistas pelas emendas está na ajuda que elas dão para garantir o lugar deles na legislatura seguinte. Como explicou o economista Roberto Macedo em artigo neste jornal, “prefeitos e vereadores municipais têm grande influência nos resultados das eleições estaduais e federais, dada a sua relação com os eleitores locais, em torno dos quais passam a atuar como cabos eleitorais”. Aí “entram as emendas, pois os parlamentares procuram destiná-las às suas bases eleitorais, cativando prefeitos e vereadores em busca de apoio para reeleição. Garantias as emendas, os candidatos incumbentes (...) passam a alardear o seu papel, à cata de votos futuros” (*Problema das emendas parlamentares se agravou*, 4/1/24).

Combater esses usos ora desmesurados, ora desvirtuados do poder político é uma das principais tarefas de uma burocracia dedicada a estruturar e implementar da maneira mais eficaz os comandos e objetivos legais. Talvez venha daí a implicância de Lira. ●